

PROCESSO - A. I. Nº 206898.0173/07-8
RECORRENTE - RAIMUNDO MIRANDA DE SANTANA (LIMPE BEM MATERIAIS DE LIMPEZAS EM GERAL)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0009-03/09
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 06/05/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJE Nº 0119-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO QUE REMANESCEA APÓS A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra a Decisão da 3ª Junta de Julgamento Fiscal (3ª JJF) que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, o qual foi lavrado em 01/11/07 para cobrar ICMS, no valor total de R\$69.549,26, em decorrência de oito infrações, sendo que apenas as seguintes são objetos do Recurso:

INFRAÇÃO 5: Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor de caixa, no período de janeiro a dezembro de 2003. Valor do débito: R\$22.298,41.

INFRAÇÃO 6: Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação e relacionadas no anexo 88 do RICMS/BA, nos meses de abril e agosto de 2003; janeiro, março, abril, junho, setembro, outubro e dezembro de 2004; maio, julho, agosto, setembro e novembro de 2005. Valor do débito: R\$21.510,25.

Em sua defesa, o autuado impugnou parte das Infrações 5 e 6, as quais foram reconhecidas como parcialmente procedentes nos valores de, respectivamente, R\$ 19.748,41 e R\$ 17.055,19.

A informação fiscal foi prestada, tendo o autuante pugnado pela procedência do lançamento.

Às fls. 560 e 561, foi acostado ao processo um extrato do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Fazendária), no qual consta o parcelamento do Auto de Infração no valor de R\$ 62.544,21 (principal).

Após ter sido distribuído à 3ª JJF para instrução, foi o processo convertido em diligência à INFAZ de Origem, para que o autuante prestasse esclarecimento, efetuasse correções na apuração do imposto referentes às infrações impugnadas e, em seguida, elaborasse novo demonstrativo de débito, devendo o autuado ser notificado acerca do resultado da diligência.

A diligência foi cumprida, conforme fls. 565 e 566. Os débitos referentes às Infrações 5 e 6 foram retificados, passando para R\$ 19.207,86 e R\$ 17.055,21, respectivamente. O autuado foi notificado do resultado da diligência, porém não se pronunciou (fl. 574).

Por meio do Acórdão JJF Nº 0009-03/09 (fls. 576 a 580), o Auto de In em Parte, no valor total de R\$ 62.003,68. As Infrações 5 e 6 subsisti de, respectivamente, R\$ 19.207,87 e R\$ 17.055,21, conforme o resultad

Created with

Notificado acerca do Acórdão JJF Nº 0009-03/09, o contribuinte apresentou o Recurso Voluntário de fls. 589 a 592.

O recorrente alega que não fez “a manifestação da defesa do Auto de Infração”, pois só agora tinha tomado conhecimento da autuação. Prosseguindo em seu arrazoado, impugna as Infrações 1, 2, 5, 6, 7 e 8 e, após tecer considerações sobre o princípio da estrita legalidade, solicita que o Auto de Infração seja julgado Improcedente.

Às fls. 598 a 600, foram acostados aos autos extratos do SIGAT, os quais informam que o parcelamento efetuado tinha sido interrompido.

Em Parecer às fls. 601 a 604, a ilustre representante da PGE/PROFIS afirma que a defesa tinha sido tempestivamente interposta e fora assinada pelo senhor Raimundo Mirando de Santana, sócio da pessoa jurídica (fls. 17 e 506), não havendo, assim, razão para a nulidade do lançamento por falta de notificação do autuado. No mérito, afirmou que o recorrente apresentou “uma série de alegações confusas e desconexas, sem trazer ao processo qualquer prova material ou demonstrativo de suas argumentações”. Ao finalizar, opinou pelo conhecimento e não provimento do Recurso Voluntário.

Às fls. 605 a 629, foram acostados aos autos documentos referentes ao pedido de parcelamento, bem como demonstrativos e extratos do SIGAT, os quais acusam o deferimento do pedido e a interrupção do parcelamento após o pagamento da inicial e de duas parcelas.

VOTO

De acordo com os documentos de fls. 560/561, 598 e 606/627 dos autos, o recorrente reconheceu como procedente o valor de R\$ 62.544,21 – montante superior ao julgado devido em primeira instância – e efetuou o respectivo parcelamento. Dessa forma, o parcelamento efetuado acarreta a desistência do Recurso Voluntário apresentado, tornando-o ineficaz, conforme previsto pelo artigo 122, inciso IV, do RPAF-99. Em consequência, fica EXTINTO o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional, e PREJUDICADO o Recurso Voluntário apresentado.

Considerando que o parcelamento do débito que remanesce após a Decisão de Primeira Instância foi interrompido, deverá o processo ser encaminhado à DARC / GECOB / DÍVIDA ATIVA para inscrição do débito em Dívida Ativa, conforme o despacho do Sr. Inspetor Fazendário à fl. 629.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **206898.0173/07-8**, lavrado contra **RAIMUNDO MIRANDA DE SANTANA (LIMPE BEM MATERIAIS DE LIMPEZAS EM GERAL)**, devendo os autos ser encaminhados à DARC / GECOB / DÍVIDA ATIVA para inscrição do débito em Dívida Ativa.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR